

## PLEBISCITO: PREPARAÇÃO DO GRANDE EVENTO POPULAR

Há dois anos antes das eleições as quais me candidatei, eu e um grupo de aventureiros sonhadores no interior de São Paulo, já estávamos imbuídos e determinados a levar avante esta grande e ousada empreitada democrática – uma luta pelos nossos ideais. Nosso objetivo primário foi o de promovermos contatos diretos com movimentos sociais já organizados em outros estados (aqueles que foram às ruas nas grandes capitais deste país em 2013 enfrentando o Governo da Dilma Rousseff (abalaram a segurança do Palácio do Planalto), os painelaços no grandes centros urbanos durante o impeachment da Dilma, também durante as manifestações contra as Reformas do Trabalho e da Previdência no governo continuista de Temer. Sim, o objetivo era unirmos forças e iniciarmos um processo a nível nacional de conscientização popular quanto as mudanças que seriam objeto deste Plebiscito ou consulta popular, não somente a troca de governo, a troca de bandeiras no governo federal.

Assim, os temas a serem debatidos em todo o país, convocando-se centrais sindicais e sindicatos (setores público e privado), representações de classes empresariais e trabalhistas (setor público e privado), a OAB e suas regionais nos estados, representantes do Ministério Público, a PGR- Procuradoria Geral da União, a AGU – Advocacia Geral da União, movimentos sociais (MST, MTST, etc.), UNE-União Nacional dos Estudantes, representantes das forças armadas, etc.

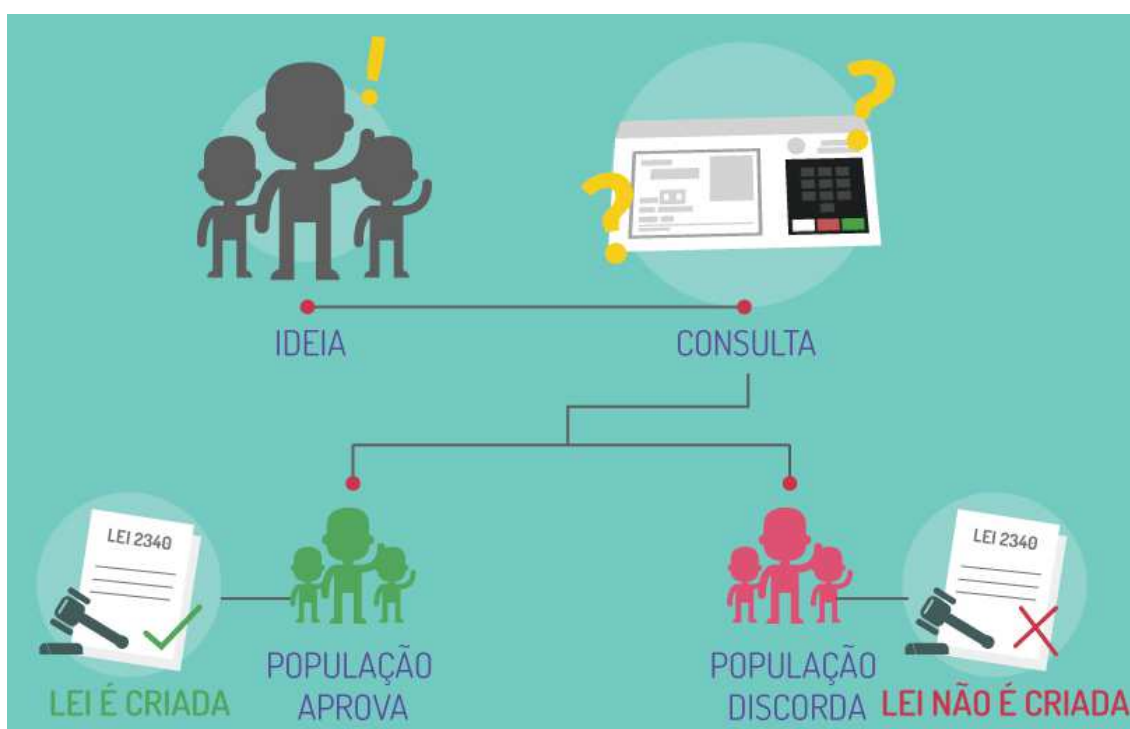


As questões a serem tratadas e apresentadas para votação popular nos plebiscitos são tanto de **relevância nacional**, quanto de **relevâncias municipal e estadual** (a serem também votadas em plebiscitos locais). Questões como a forma de governo do país ou a realização de eleições presidenciais extraordinárias, a questão municipalista de representação nas câmeras para municípios com até 130 mil habitantes, o voto facultativo, eleições distritais puras e não mistas, redução de mandatos eletivos, prisão perpétua ou pena de morte para crimes hediondos, etc. O país precisa enfrentar para mudar!

Saibam todos os brasileiros que: O **PLEBISCITO** está previsto no **artigo 14 da Constituição e regulamentado pela Lei 9.709/98**.

# PLEBISCITO

A população decide sobre uma **matéria antes** de ela ser elaborada pelo Congresso. São apresentadas algumas questões e opções, que os legisladores oferecem.



O **REFERENDO** também é uma *consulta popular*, prevista no **artigo 14 da Constituição**, regulamentada pela lei 9.709/98. A distinção fundamental é que o referendo é realizado **após o projeto de lei em questão** ser aprovado pelo CONGRESSO

# REFERENDO

O Congresso apresenta à população uma **matéria pronta**. O povo tem as opções de acatar ou rejeitar a proposta.



Começamos a por em prática a logística dos contatos nos estados, para a realização de atos em favor do Plebiscito popular, bem organizados, e com oradores que pudessem transmitir mensagens de forma clara e sucinta para a população, relacionando os objetivos deste Plebiscito, e o seu imediato significado para o país, para nossas vidas.

Pouco a pouco a idéia foi tomando forma, e os contatos nos grandes centros foram se concretizando. Marcamos uma reunião com todos os representantes, aproximadamente 75 pessoas, entre líderes sindicais, dos movimentos de ruas, OAB, artistas de rádio e televisão, alguns escritores e jornalistas também marcaram presença, assim como os presidentes das federações das indústrias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e Bahia. Este contingente ainda era pequeno para o que estimamos, mais era uma primeira confirmação, e a primeira reunião se daria no mês de Julho, precisamente no dia 9, dia comemorativo da Revolução Constitucionalista de São Paulo, e local reservado seria o Parlamento Latino americano, no bairro da Barra Funda na capital paulista.

Enquanto isto, meus contatos mais próximos, aqueles que idealizaram o movimento, passaram a fase de preparação e redação dos documentos a serem apresentados neste evento, contendo a essência dos itens que fariam parte do documento oficial a ser apresentado ao TSE – Tribunal Superior Eleitoral, para o processo de multi escolha pelos brasileiros a serem consultados:

- A- Adoção do regime Parlamentar com 261 parlamentares representativos dos 26 Estados da federação obedecendo a representatividade por estado em função da população votante, e um representante de Brasília, capital federal;
- B- Mandato parlamentar do 1º Ministro e do Presidente por 5 anos, com direito a reeleição para apenas 1 mandato adicional;
- C- Voto facultativo;
- D- Redução de 40% da representatividade parlamentar nos estados e municípios:
  - 1) Com relação aos municípios, será adotada a seguinte regra quanto ao Legislativo Municipal local:
    - ➔ Municípios com até 130.000 habitantes elegerão um Prefeito que administrará o município e, substituirão os Vereadores por um **Conselho de Cidadãos** eleitos através do voto distrital;

E- Redução das despesas dos parlamentares em seus gabinetes em todos os níveis

- 1) Redução do salário do parlamentar, dos deputados estaduais e vereadores em 30% , e a aplicação da diferencial destes benefícios em cada estado conforme o seu poder econômico;
- 2) Redução da verba de gabinete parlamentar em 60%, e o registro trabalhista imediato dos assessores como funcionários públicos regidos pela CLT, com validação durante o mandato do parlamentar;
- 3) Redução dos valores de verbas de representação, de gabinete, viagens aos estados de origem, e de despesas (veículos, gasolina, postagem de correio, etc) em 70%.
- 4) Definição do mandato parlamentar de 4 para 5 anos sem direito a REELEIÇÃO para todos os cargos legislativos;

5) Alteração do Artigo 41 (Seção II – Dos Servidores Públicos Civis) que reza na Constituição de 1988: “ São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público”, para:

“Os servidores nomeados em virtude de concurso público, serão regidos conforme a CLT válida para os trabalhadores do setor privado”.

6) Fim do foro privilegiado para todos os políticos, mediante a alteração do Artigo 53 da Seção V ( Dos Deputados e dos Senadores)

E - VOTO DISTRITAL à nível municipal, estadual e federal, com a representatividade no legislativo proporcional a população em cada distrito;

F- Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para validação das alterações constitucionais aprovadas no Plebiscito.

G- Pena de morte ou prisão perpétua para crimes hediondos, sequestros seguidos de mortes, etc. Cada estado poderá colocar em análise popular mediante também um plebiscito, e em seguida deverá ser referendado pela Assembléia Legislativa de cada estado e do distrito federal.

H- Fim dos privilégios e mordomias para juízes, promotores, procuradores e demais cargos hierárquicos do Ministério Público Federal e Estadual (Todos somos iguais perante a Lei), com limitação do teto máximo salarial.

O problema já levantado anteriormente seria como formatar estas questões de modo claro e resumido para que o cidadão, a cidadã e os jovens possam fazer as suas escolhas de maneira fácil e clara. Este é um desafio! Usarmos a Urna eletrônica já conhecida dos eleitores, ou um formulário, um longo formulário com uma formatação simples para se marcar as opções com um “X”?

Temos certamente muito trabalho pela frente, e eu, pessoalmente não dispunha deste fator tempo em face de minha luta a frente do governo. Mas, nossa equipe, as ONGs, foram em frente mantendo-me informado, tendo como objetivo a data do dia 15 de Novembro para a realização do Plesbicito.



A mensagem está sendo bem recebida pelo nosso povo, de norte a sul, e de leste a oeste. Temos ainda um fator preocupante que são as regiões longínquas ao longo do rio Amazonas, do pantanal matogrossense e as caatingas do nordeste.

Tanto a mídia escrita quanto a televisa e as rádios, mergulharam a fundo com a receptividade das idéias expostas para o Plesbicito, pois acreditam e concordam que somente poderemos mudar assuntos polêmicos que envolvem tanto o executivo quanto o legislativo e o judiciário, através de uma ação popular para não deixarmos dúvidas quanto a legalidade.

A mídia internacional também voltou de repente os olhos para o Brasil, para o que está para acontecer, e procuram as ONGs para entrevistas e questionamentos.

Recebi um convite para uma entrevista com a repórter âncora internacional Hala Gorani da CNN e do William Bonner da Rede Globo, a serem realizadas aqui na Palácio do Planalto, e marcadas para dentro de 20 e 15 dias respectivamente antes do grande evento. Confirmei junto ao Itamaraty a realização da entrevista, e que todos os preparativos fossem providenciados ao devido tempo.

Manifestações já estão ocorrendo em várias capitais, assim como debates com base em nossas proposições levado a cabo por ONGs e institutos. Recebi relatórios de que cidades do interior de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, eclodiram com movimentos populares de revisão dos atuais salários e benefícios de vereadores nas câmaras municipais. Isto é bom para o movimento, pois já se levantam em discussão os reais pontos que constarão da lista a ser votada no Plebiscito. É a consciência do povo brasileiro já aflorando para o real reconhecimento de uma nova realidade institucional no país que queremos moldar e reconstruir.

As repercussões dos itens referentes a salários e do altos benefícios que recheiam os contra-cheques dos magistrados no judiciário e do ministério público federal em todo o Brasil, já causam um mal estar visível, com reflexos na mídia. Entrevistas de autoridades pargas expondo seus pontos de vista, chamando de golpe tais iniciativas, se espalham diariamente nas mídias. Em contra partida, um grande número de associações representativas destes funcionários públicos pertencentes as estes setores, também manifestam seus pontos de vistas favoráveis a estas mudanças, o que é salutar para que não cedamos aqueles que desejam manter seus privilégios corporativistas “abocanhados” ao longo do tempo, sem qualquer resistência do Executivo ou do Legislativo, reféns “virtuais” deste poder independente!

Com que direito divino, um magistrado recebe um contra-cheque que chega a 37 ou até 60 vezes um salário-mínimo? O Salário Mínimo é um instituto de manutenção da pobreza extrema no Brasil, e ninguém até hoje o entendeu como tal.
---

Manifestações explodem em todas as capitais e grandes centros do país desde julho quando iniciamos os debates regionais mediante a convocação de representações populares, ONGs, ministério público, legislativo local, sindicatos do setores privado e público. Tudo tem que ser discutido nos mínimos detalhes e analisados os prós e contras na apresentação das proposições finais chegadas a termo em cada região.

Temos recebido importantes noticias vindas dos quatro cantos do país, e nos orgulhamos dos resultados até agora colhidos.



➔Manifestações de apoio as nossas proposições são lida e apresentadas em público;

Fui informado que as Assembléias Legislativas do Estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, já colocaram em pauta do dia nas suas assembléias legislativas, a discussão dos temas pertinentes a serem discutidos na grande assembléia popular do Pacto de Brasília.

## **RIO DE JANEIRO**



Manifestações pró-plebiscito – Cariocas independentes de partidos políticos, somam forças a realização do PLESBICITO

-Em conversa reservada com a ministra Francisca Dodge da Justiça, discutimos a questão do alto índice de criminalidade e revolta popular no Rio de Janeiro, com uma análise profunda dos resultados pífios alcançados no último ano do governo Temer quando ele decretou aquela intervenção militar. O fato é que a questão do banditismo reinante nas favelas cariocas, assim como em outros grandes centros metropolitanos, passa por uma questão de força das PMs locais, e a aplicação rígida de uma lei que venha a inibir estas ações ousadas de grupos organizados notoriamente conhecidos. Temos um sistema carcerário “aberto a visitas”, leis “fracas”, aplicação de “penas suaves”, policiais e carcereiros mal remunerados e com pouco treinamento. Todas estas variáveis fragilizam nossas tentativas de repressão ao crime organizado, tanto fora quanto dentro dos presídios péssimamente estruturados e mal administrados. Perguntei para ela:

➔A senhora acha que a melhor saída para o Brasil seria a federalização dos presídios?

➔Senhor presidente, acho que a federalização nos levaria a criarmos um desleixo por parte dos governadores quanto a segurança em seus estados.

## BRASILIA



CERCO AO CONGRESSO NACIONAL - O POVO PRESENTE APOIANDO O PRESIDENTE!



O POVO GRITA NAS RUAS EM TODO O PAÍS APOIANDO A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO





**SÃO PAULO** – A Assembleia Legislativa de São Paulo se empenhou também em alterar a Constituição do Estado de São Paulo, e a mesma será objeto de REFERENDO POPULAR dentro de 2 meses.

## **RECIFE**



A Assembléia Legislativa de Pernambuco foi a primeira a aprovar uma moção de iniciativa quanto aos itens propostos para a pauta de discussão no Pacto de Brasília. Conseguiram reunir entidades de classe dos trabalhadores e de empresários, representantes da OAB local, representantes do Ministério Público do Estado de Pernambuco e represantes em Pernambuco da UNE União Nacional dos Estudantes.

## SALVADOR



Os baianos vão em massa para as avenidas de Salvador e finalizaram a marcha no Farol da Barra. Apoio maciço às proposições do Plesbicito.

Outra notícia importante que nos foi transmitida pela Casa Civil foi o anúncio feito pelo presidente da OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, convocando todas as unidades estaduais para uma assembléia geral a ser realizada em Brasília no final de setembro, convocação esta seguida de proposições a serem feitas em cima de nossa lista contendo os temas já em discussão e objeto do plebiscito. Nossa diretoria da AGU-Advocacia Geral da União já havia feito diversas reuniões com a presidência e diretorias da OAB quanto as proposições e a legalidade deste plebiscito.

➔ Tudo está dentro da legalidade, e assembléia do Pacto de Brasília será realizada dentro de mais 3 meses, pois não podemos perder tempo. O Brasil precisa avançar, pois o povo assim deseja.

***Capítulo “O Plebiscito” retirado do livro: EU PRESIDENTE***

Autor: Gilberto Alves Bezerra